

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.637 - BA (2018/0296358-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : ROMILDO DE SOUZA LEAL JÚNIOR E OUTRO(S) - BA024360  
ANNA LUIZA LUNA MONTENEGRO STRAATMANN -  
BA022986  
**AGRAVADO** : EDITE MARIA SANTOS  
**ADVOGADOS** : ROGÉRIO LEITE BRANDÃO FERREIRA E OUTRO(S) -  
BA009903  
THIAGO CARVALHO CUNHA - BA024401  
ULISSES ORGE FRANCO LIMA GOMES - BA024586

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÕES APTAS, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO.

1. Caracteriza-se a ofensa ao art. 1022, do CPC/15 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da controvérsia.
2. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 04/09/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 30/11/2018.

**Ação:** declaratória de nulidade de contratos firmados entre as partes e indenização por danos materiais, lucros cessantes e danos morais, em cumprimento de sentença, ajuizada por EDITE MARIA SANTOS, em face do agravante.

**Decisão interlocutória:** declarou a incompetência absoluta da Justiça Estadual, determinando a remessa dos autos à Justiça Federal.

**Acórdão:** manteve a decisão monocrática do relator que deu parcial

provimento ao recurso para anular a decisão de 1ª grau e determinar o prosseguimento do processo na Vara Cível da Comarca de Ubaitaba - Bahia, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA.

PROVIMENTO PARCIAL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

REJEITADA. MÉRITO. RELAÇÃO ENTRE A FINANCEIRA E PRODUTORES DE CACAU.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

MATÉRIA DEFINITIVAMENTE APRECIADA EM RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA.

DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

Rejeita-se a preliminar, pois de acordo com o STJ a ausência da cópia da certidão de intimação da decisão agravada não é óbice ao conhecimento do Agravo de Instrumento quando, por outros meios inequívocos, for possível aferir a tempestividade do recurso, em atendimento ao princípio da instrumentalidade das formas.

A relação estabelecida entre a instituição financeira e produtores de cacau objeto de julgamento é da competência desta Justiça, ainda que as normas e orientações da União, do Banco Central, do BNDES ou da CEPLAC venham a possuir reflexos sobre contratos de financiamento firmados.

No RESP nº 1.416.054 -BA, interposto pela banco réu, ora Agravante, o STJ afirmou que quanto a alegada incompetência da Justiça Estadual, o alinhamento da decisão proferida anteriormente por este Tribunal com a sua jurisprudência, em razão da ausência de inte esse da União no caso concreto.

Portanto, inexistente razão à retratação do quanto decidido, tendo em vista que, no caso dos autos, não há dúvida de que a decisão combatida encontra-se respaldada na legislação pátria e seus julgados. (e-STJ fls. 797/798)

**Embargos de Declaração:** opostos pelo agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 64, 114, 489 e 1022 do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta: i) a existência de litisconsórcio passivo necessário, de

modo que a União deve figurar no polo passivo da relação jurídica; *ii*) os créditos em questão foram cedidos à União, por força da MP 2196/2001; *iii*) há flagrante interesse jurídico da União na solução da controvérsia; *iv*) a competência para o julgamento do processo é da Justiça Federal.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

***- Da violação do art. 1022 do CPC/15***

As razões recursais tecidas acerca das supostas omissões do Tribunal de origem residem na alegação de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, quedou-se silente no que concerne às teses trazidas pelo agravante, dentre as quais: *i*) não foram analisados os documentos de fls. 634/659, que demonstram que é da União a titularidade do crédito; *ii*) o crédito das cédulas rurais da agravada foi cedido à União, por força da MP 2.196/2001, diferenciando o presente caso daqueles abordados nos julgamentos adotados como precedentes; e, *iii*) o STJ tem entendimento sedimentado no sentido de que, havendo cessão de créditos à União, por força da MP 2.196-3/2001, a competência para julgamento é da Justiça Federal.

Com efeito, a jurisprudência do STJ é no sentido de que a competência é definida em razão das pessoas envolvidas no processo, no caso, os entes elencados pelo artigo 109 da Constituição da República, sendo essa reconhecidamente de natureza absoluta. Nesse sentido: REsp 1760108/ES, 2ª Turma, Dje de 13/09/2019; AgInt no CC 146271/PI, 1ª Seção, DJe de 22/02/2019; e, CC 162863/RS, 1ª Seção, Dje de 20/02/2019;

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal, ao julgar os embargos de declaração opostos pelo agravante, de fato, foi omissos quanto às teses acima mencionadas, apesar da devida insurgência nas razões dos embargos declaratórios opostos.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca dos pontos anteriormente elencados, mormente quanto à existência ou não

da cessão de crédito à União após o trânsito em julgado do processo de conhecimento.

Logo, merece provimento o recurso especial e tem-se como prejudicado o exame das demais discussões aventadas no presente recurso.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, a fim de anular o acórdão recorrido e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, sobre os argumentos deduzidos nos embargos de declaração de e-STJ fls. 805/809, principalmente quanto ao "fato de que o crédito objeto da demanda foi cedido à União" (e-STJ fl. 806).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora